

## A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO PROPOSTOS PELA BNCC

### LITERACY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND LEARNING AND DEVELOPMENT RIGHTS PROPOSED BY BNCC

Beatriz Ferrari Westrup<sup>1</sup>

Gislene Camargo<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como foco principal compreender o processo de alfabetização na Educação Infantil com crianças pequenas e sua relação com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC. Assim os objetivos específicos são: Conhecer as orientações sobre alfabetização na Educação Infantil propostas pela BNCC; Compreender os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC; Identificar menções à alfabetização, nos documentos que norteiam a Educação Infantil; Averiguar práticas pedagógicas de alfabetização na Educação Infantil. Para a construção do referencial teórico foram utilizados autores e os principais documentos que norteiam a Educação Infantil como: BNCC (2017), RCNEI (1998), DCNEI (2010), Santa Catarina (2019), Mello (2009), Britto (2005), entre outros. A pesquisa teve caráter bibliográfico. Assim, identificou-se que os documentos não fazem menção a alfabetização na Educação Infantil, mas sim a importância de valorizar as experiências e vivências que acontecem nesse segmento, principalmente o brincar e o explorar. Concluiu-se que alfabetização deve acontecer apenas no Ensino Fundamental, mas durante a Educação Infantil a criança pode ter contato com a linguagem escrita, por meio de ambientes alfabetizadores e diferentes experiências, e que a mesma seja protagonista nesse processo de construção.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação Infantil. Alfabetização. Direitos de aprendizagem-BNCC.

**ABSTRACT:** This article has as main focus to understand the process of literacy in Early Childhood Education with young children and its relationship with the learning and development rights of BNCC. Thus, the specific objectives are: To know the guidelines on literacy in Early Childhood Education proposed by BNCC; Understand the BNCC's learning and development rights; Identify mentions of literacy in the documents that guide Early Childhood Education; To investigate pedagogical literacy practices in Early Childhood Education. For the construction of the theoretical framework, authors and the main documents that guide Early Childhood Education were used, such as: BNCC (2017), RCNEI (1998),

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia- UNESC. [beatrizfwestrup15@gmail.com](mailto:beatrizfwestrup15@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela UNESC. Pedagoga. Coordenadora do Curso de Pedagogia da UNESC. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. [gislene@unesc.net](mailto:gislene@unesc.net)  
Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº2, maio/agosto 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

DCNEI (2010), Santa Catarina (2019), Mello (2009), Britto (2005), among others. The research had a bibliographic character. Thus, it was identified that the documents do not mention literacy in Early Childhood Education, but rather the importance of valuing the experiences that take place in this segment, especially playing and exploring. It was concluded that literacy should happen only in Elementary School, but during Early Childhood Education the child can have contact with the written language, through literacy environments and different experiences, and that the child is the protagonist in this construction process.

**KEYWORDS:** Child education. Literacy. Learning rights-BNCC.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil vem passando por constantes mudanças, e sua trajetória vem sendo construída mediante as transformações sociais. Nesse trajeto, deixou de ser um espaço de prestação de serviço assistencialista e se firmou como um campo profissional da educação. As conquistas legais garantiram ao público de zero a cinco anos, o ensino integral, ou seja, um currículo que oferece conhecimentos mediados pelas interações e pelas brincadeiras, principais eixos estruturantes do currículo. Desse modo, a criança passou a ser considerada um sujeito de direitos, sendo respeitada e atendida com os preceitos do cuidar e educar.

Uma das questões que transitam pela Educação Infantil desde que foi chamada de pré-escola, é a preparação para a alfabetização. Afinal, se ensina a ler e escrever na pré-escola? A Educação Infantil está subdividida em duas modalidades: creche e pré-escola, estes dois termos remontam às décadas de 70 e 80, e ainda estão presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017. A alfabetização e o letramento têm incitado diversas discussões na área da educação e esse processo é muito significativo para a vida escolar dos educandos. É o momento em que eles aprendem a ler e a escrever e principalmente compreender o mundo e a sociedade em que estão inseridos. Esse eixo é abordado mais especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, porém, ele começa a ser discutido já na Educação Infantil.

Nesse sentido, esse tema é de extrema relevância aos professores da Educação Infantil, especialmente aos que atuam na faixa etária de 4 e 5 anos e tem dúvidas sobre as práticas pedagógicas de alfabetização. Até bem poucos anos atrás, as crianças de seis anos

frequentavam a pré-escola e a metodologia de determinadas escolas, principalmente as da rede privada, visavam promover a alfabetização dessas crianças. Com a migração das crianças de seis anos para o Ensino Fundamental, houve um descompasso no processo de alfabetização, causando uma reformulação metodológica a nível nacional.

O tema relacionado à alfabetização na Educação Infantil surgiu a partir de minha atuação em sala de aula como auxiliar nesse segmento da educação. Durante essa experiência como auxiliar, comecei a refletir sobre a prática pedagógica alfabetizadora das instituições de Educação infantil contrapondo a teoria apresentada durante a graduação, sendo muitas vezes a teoria e a prática divergentes. A partir de todas essas reflexões a pesquisa tem como problema norteador, responder: “Como desenvolver práticas de alfabetização na Educação Infantil respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela BNCC?”. Tem como objetivo geral: Compreender o processo de alfabetização na Educação Infantil com crianças pequenas e sua relação com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC. Assim os objetivos específicos são: Conhecer as orientações sobre alfabetização na Educação Infantil propostas pela BNCC; Compreender os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC; Identificar menções à alfabetização, nos documentos que norteiam a Educação Infantil; Averiguar práticas pedagógicas de alfabetização na Educação Infantil.

Busca-se nessa pesquisa, refletir principalmente sobre as práticas de alfabetização propostas na Educação Infantil e se estão em consonância com a BNCC, respeitando os direitos das crianças, pois de acordo com Brasil (2017), é direito da criança que frequenta a Educação Infantil, se reconhecer como sujeito de uma sociedade, por meio de práticas pedagógicas que valorizem o brincar, as interações, o explorar da criança. O documento BNCC, foi escolhido como fonte da pesquisa, pois ele é um documento recente a caráter de lei, que deve ser analisado e refletido. E trans pensamentos em relação a Educação Infantil que valorizam as crianças como sujeitos de direitos e valorizam seu protagonismo no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, esse artigo é relevante, pois os profissionais que atuam na Educação Infantil precisam apropriar-se dos conceitos de alfabetização e suas implicações para o desenvolvimento das crianças pequenas.

A pesquisa tem caráter bibliográfico, pois utilizará diferentes fontes para a ampliação dos conceitos acerca do tema da pesquisa. Segundo Gil:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44)

A presente pesquisa também será exploratória e descritiva. Uma pesquisa exploratória tem como objetivo aprimorar as ideias sobre determinado assunto. Já a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de um grupo, tal como afirma Gil (2002). Assim, essa pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, pois pretende-se analisar a relação entre a alfabetização e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, propostos pela BNCC.

Assim, esse artigo é apresentado por seções, sendo Introdução; Referencial Teórico com os títulos Educação Infantil: Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento; Alfabetização das crianças pequenas: pré-escola não prepara para a escola, seguida das Considerações e Referências.

## **2 EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

A Educação Infantil no Brasil, como a vislumbramos em 2020, resulta de lutas e busca pelos direitos das crianças e da sociedade. Olhando a trajetória educacional, foi somente com a Constituição Federal de 1988, que o atendimento de crianças de 0 a 5 anos, passou a ser dever do Estado. Como explica o documento BNCC:

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na

LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. (BRASIL, 2017)

Após a LDB, documentos específicos da Educação Infantil foram sendo construídos, como os Referenciais Curriculares da Educação Infantil (RCNEI) em 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) em 2010, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 e Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense em 2019. Baseado nesses documentos, considera-se a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, responsável por educar e cuidar das crianças de zero a cinco anos, com o objetivo de desenvolver integralmente os sujeitos, por meio de experiências. As DCNEI definem alguns pontos básicos para a Educação Infantil, como a jornada mínima de 4 horas obrigatórias a partir dos quatro anos de idade, garantindo que as instituições de ensino tenham uma boa proposta pedagógica.

Para que a Educação Infantil possa garantir os direitos das crianças, faz-se necessário que elas recebam cuidados e educação. De acordo com Kramer (2005), o cuidar e educar são indissociáveis, não há distanciamento entre o afeto e o cognitivo. As crianças são seres integrais e desenvolvem-se integralmente, ou seja, educar e cuidar devem ser uma constante no cotidiano da Educação Infantil. As crianças da creche necessitam de maiores cuidados, precisam ser higienizadas, alimentadas, estimuladas, o que não impede que essas rotinas sejam elementos da intencionalidade pedagógica.

Kuhlmann e Fernandes (2012) abordam a importância do cuidar e educar na Educação Infantil, afirmando que os dois são articulados, ou seja, por serem crianças ainda pequenas, muitas vezes no dia a dia, elas acabam precisando de auxílio, para ir ao banheiro, para se alimentar, entre outros. O professor da Educação Infantil precisa ter um olhar diferente sobre as rotinas do dia a dia, utilizando esses momentos que são necessários o cuidar, como momentos importantes de novas experiências e vivências para as crianças. Nesse sentido, as rotinas não devem ser momentos executados mecanicamente, mas as rotinas precisam configurar-se como práticas pedagógicas.

Assim, a proposta pedagógica da instituição de ensino de Educação Infantil, precisa levar em consideração o cuidar e o educar, para um melhor desenvolvimento das competências e habilidade das crianças. Desse modo, BRASIL (2017) propõe os direitos de

aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, que são divididos em seis direitos de aprendizagem sendo estes: Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos foram criados para que todas as crianças do Brasil que frequentam a Educação Infantil, possam se desenvolver da melhor forma, por meio de experiências e vivências.

O primeiro direito diz respeito ao conviver, destacando que a criança precisa “Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.” (BRASIL, 2017, p. 38). Algo que por sua vez é muito importante na Educação Infantil, pois para muitas crianças, esse é o primeiro contato social com pessoas que não pertencem a seu grupo familiar de convívio. Com isso a criança aprende a conviver, respeitar as outras pessoas, a dialogar. Conviver com as diferenças, proporciona ampliar a cultura e os modos de ver as diferenças como singularidades.

Para um melhor conviver é preciso que a criança saiba se expressar. Para isso a BNCC, aborda o saber se expressar como um direito na Educação Infantil. “Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.” (BRASIL, 2017, p.38). Pois para viver em sociedade a criança precisa desenvolver sua comunicação para expressar seus desejos, vontades, manifestar o que aprendeu e suas dificuldades. Ao se expressar, a criança socializa seus pensamentos, seus questionamentos, e exerce seu direito de voz. Ouvir o que a criança tem a expressar, é essencial para um bom trabalho pedagógico.

Diante disto, a BNCC traz a participação como um direito de aprendizagem e desenvolvimento:

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. (BRASIL, 2017, p. 38).

Para que a criança se desenvolva, é necessário que ela participe ativamente de todos os processos de ensino e aprendizagem, participando das atividades, experiências e vivências

proporcionadas no ambiente escolar. Participar coloca a criança no cenário infantil como protagonista dos processos, deixa de ser coadjuvante e passa a ser autora, junto a professora e a seus pares. Participando ativamente, a criança precisa explorar todos os materiais, para garantir isso a BNCC, diz que explorar é um direito de aprendizagem e desenvolvimento:

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia. (BRASIL, 2017, p.38).

Pois, para as crianças aprenderem algo novo é importante que elas explorem, manipulem diferentes objetos e texturas. O ambiente precisa desafiar, convidar as crianças a explorarem o espaço, não de maneira mecânica, dirigida, mas de forma a ampliar os seus saberes. Desse modo, podem fazer relação do que estão aprendendo, com o que já conhecem.

A criança por sua vez precisa conhecer-se, para poder participar ativamente de todos os processos existentes na Educação Infantil. Assim a BNCC reconhece o conhecer-se como direito de aprendizagem:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2017, p.38)

O sujeito que conhece a si mesmo, consegue conviver e respeitar os outros indivíduos que com ele convive. Esse conhecimento passa pelas suas vivências, pelos seus grupos sociais, pelos seus desejos, a maneira como ele age, como se expressa. Diz da sua personalidade, da sua cultura. Nesse sentido, ao falar de si, de suas histórias, de contar seu final de semana, de ouvir os colegas contando, as crianças vão se identificando, se aproximando e constituindo-se enquanto sujeitos.

Não poderia faltar o direito de Brincar na Educação Infantil:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2017, p.38)

Quando uma criança brinca ela representa seus sentimentos, suas vontades e principalmente seu olhar sobre o mundo. A imaginação e a criatividade são essenciais para o desenvolvimento das crianças, e por meio das brincadeiras, elas amplificam sua imaginação, aprendem com a imaginação dos colegas, criam juntos, extrapolam os muros da instituição. Brincar é o modo de ser e estar das crianças. As intencionalidades pedagógicas precisam se alicerçar nas brincadeiras.

Para garantir todos esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento, Brasil (2017), afirma que a etapa da Educação Infantil deve ser dividida em campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimento; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Cada qual com suas expressividades e especialmente com as intencionalidades dos professores.

No campo Escuta, fala, pensamento e imaginação, surge a primeira menção sobre leitura e escrita na Educação Infantil, “Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer.” (BRASIL, 2017, p.42). Então, o educador deve proporcionar o maior número de experiências e vivências em relação a escrita, utilizando textos de diferentes gêneros como, poemas, fábulas, histórias em quadrinho, deixando que a criança explore e manuseie para criar uma familiarização com a língua escrita. Porém, esse campo não menciona a alfabetização, e salienta que a imersão escrita seja explorada a partir das curiosidades das crianças, dos seus conhecimentos prévios. E por meio desse convívio, a criança conhece e se interessa pela leitura e escrita:

Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua. (BRASIL, 2017, p.42).

Com isso a criança se identifica com a leitura e a escrita, sendo assim o primeiro passo para a compreensão dos processos da linguagem escrita. A criança começa a entender que o que falamos, pode ser registrado de diversas formas, por meio de desenhos, de letras, números, entre outros. Nesse processo, a escrita do seu nome é bastante significativa, passa a

reconhecer os símbolos e identificar as letras do seu nome e até dos nomes dos colegas. Porém, o termo alfabetização não é citado na Educação Infantil. Inclusive, a BNCC traz uma seção onde deixa explícita a transição para o Ensino Fundamental e em nenhum momento cita alfabetização.

A palavra alfabetização aparece no texto da BNCC, assim como no documento Território Catarinense, apenas na seção referente ao Ensino Fundamental anos iniciais, em que afirma que nos dois primeiros anos as práticas pedagógicas devem estar voltadas a escrita e leitura:

A ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2017, p.59).

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) cita a alfabetização, porém como um ambiente alfabetizador, que propicie experiências com a escrita. Assim, Brasil (1998), afirma que as crianças na Educação Infantil, devem ser expostas ao um ambiente que favoreça a alfabetização, isso significa que a criança deve ter oportunidades de observar, manusear, explorar diferentes livros e objetos para que se familiarize com a escrita. E o professor deve valorizar esses momentos de leitura e conversas, pois, as crianças primeiro precisam aprender a conversar, a se comunicar, expressando seus desejos e vontades. Para que depois, se aproximem da escrita e leitura, compreendendo sua função social.

Os documentos abordam a importância de o professor valorizar o conhecimento e as produções realizadas pelas crianças. Utilizando esse conhecimento prévio para proporcionar novas experiências e conhecimentos, para que assim possa haver um desenvolvimento integral.

### **3 ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS: PRÉ-ESCOLA NÃO PREPARA PARA A ESCOLA**

Uma etapa muito marcante na vida escolar das crianças é a transição da Educação  
Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº2, maio/agosto 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

Infantil para o Ensino Fundamental. Essa fase é muito importante, pois muitas vezes as crianças precisam mudar de escola, ir para uma escola localizada um pouco mais distante de sua residência, começam a utilizar transporte para chegar ao destino, entre outros fatores. Por ser um momento muito especial, os documentos BNCC, DCNEI e Território Catarinense, abordam como deve acontecer essa transição de forma com que as crianças se sintam acolhidas nessa nova fase.

A BNCC tem uma seção específica para falar como deve acontecer essa transição, intitulada “A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental”. Portanto, de acordo com Brasil (2017), essa transição deve ter um olhar sensível do professor, um olhar com atenção para as mudanças ocorridas na vida escolar das crianças. Assim como afirma esse trecho: “Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.” (BRASIL, 2017, p 53).

Conforme Brasil (2017), é preciso que aconteça uma troca de informações entre os professores da Educação Infantil e os professores do Ensino Fundamental para que haja uma continuidade entre as duas etapas. Para que o professor do Ensino Fundamental use como base os conhecimentos já trabalhados na Educação Infantil.

Por sua vez, Brasil (2010) fala sobre articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em que afirma que esse processo deve ocorrer de forma gradual, respeitando a faixa etária das crianças. Para que não haja a antecipação de conteúdos na Educação Infantil, que devem ser trabalhados e explorados já no Ensino Fundamental. Essa prática, de antecipar os conteúdos do primeiro ano, naturalizou-se nas instituições da rede privada, pois havia uma exigência dos pais, que as crianças se preparassem para a alfabetização. Desse modo, as DCNEIs esclareceram a situação, ampliando essa discussão a nível nacional.

Já o Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense, fala sobre a ampliação de conhecimentos que começa na Educação Infantil e tem continuidade no Ensino Fundamental. No texto, há menção sobre a importância das experiências com múltiplas linguagens na Educação Infantil, “Assim sendo, é por meio das diferentes linguagens que as crianças se comunicam e expressam seu pensamento; quanto

mais forem oportunizadas vivências em que elas possam viver intensamente essas experiências, mais se desenvolvem integralmente.” (Santa Catarina, 2019, p.158).

Ao evocar as diferentes linguagens, reportamo-nos ao livro *As cem linguagens das crianças*, de Carolyn Eddwards, Lella Gandini e George Forman, que traz a abordagem de Reggio Emilia e a educação da primeira infância. O livro destaca a importância de proporcionarmos espaços em que as crianças possam se expressar livremente, sem tempos pré-estabelecidos, sem pressa, respeitando os modos de ser e estar de cada criança.

As crianças pequenas não são encaminhadas correndo ou sequencialmente apressadas de uma atividade para outra diferente, mas são encorajadas, ao invés disso, a repetir experiências fundamentais, a observar, a considerar e reconsiderar, a representar e novamente representar. (EDWARDS, GANDINI E FORMAN, 1999, p. 25)

As crianças têm muitas linguagens e a instituição de Educação infantil precisa ouvir e oferecer tempos de escutas e de falas. A linguagem oral e escrita pode se apresentar de diferentes modos, seja nos livros de literatura infantil, nas propagandas, nas embalagens, nas músicas, entre outros. Esse contato pode possibilitar que as crianças comecem a ser letradas.

Segundo Magda Soares (2014), uma pessoa pode ser letrada mesmo que não saiba ler e escrever, mas entende a função social da escrita, ou seja, quando uma criança brinca de escrever ou reconhece uma embalagem apenas pelo seu rótulo, ela é considerada letrada. A professora da Educação Infantil, tem um papel importante nesse contexto, pois apresenta de maneira institucionalizada, o mundo da escrita, e a criança vai significando esse outro tipo de linguagem.

De acordo com Santa Catarina (2019), nenhuma etapa no processo de ensino e aprendizagem deve ser antecipada, usando como exemplo a alfabetização, que deve ocorrer só no Ensino Fundamental. Nesse sentido, a pré-escola, não tem obrigação de alfabetizar, de obrigar as crianças a ficar sentadas copiando do quadro ou decorando o alfabeto. Por falar em alfabeto, ainda se vê nas salas de Educação Infantil o alfabeto exposto já no primeiro dia de aula, sem que seja apresentado às crianças e ressignificado por elas. Cabe dizer que Educação Infantil fica responsável por desenvolver a oralidade e principalmente a curiosidade pelas linguagens, dentre elas a linguagem escrita, para que no Ensino Fundamental esses conhecimentos sejam ampliados.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº2, maio/agosto 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

Como afirma Mello (2009), as crianças sofrem pressão na Educação Infantil para que aprendam a ler e escrever, deixando de lado muitas coisas importantes que antecedem esse processo, como o brincar, o faz de conta e a interação das crianças.

Entre as concepções de educação infantil que dirigem na prática de educação das crianças brasileiras entre 3 a 6 anos, percebo uma concepção muito forte, sustentada, muitas vezes, pela pressão dos pais, mas sobretudo pela própria formação dos professores que trabalham com a educação infantil, na qual tem faltado um direcionamento para especificidade da educação na infância pré-escolar. Essa concepção defende a antecipação da escolarização, e essa escolarização precoce ocupa o tempo da criança na escola e toma o lugar da brincadeira, do faz-de-conta, da expressão por meio de diferentes linguagens, da conversa em pequenos grupos quando as crianças comentam experiências e conferem os significados que atribuem às situações vivenciadas. (MELLO, 2009, p.22)

Desse modo, pode-se afirmar que a cultura de alfabetizar as crianças na pré-escola, precisa mudar no âmbito social e político. Essa temática abrange família, escola e formação de professores.

Conforme Mello (2012), não podemos ensinar as crianças de forma técnica em relação as letras, ou seja, é preciso que a criança entenda primeiro a função social da escrita, para depois produzir sua própria forma de escrita. Desse modo, para a autora, na Educação Infantil é importante formar atitudes leitoras e produtoras de textos. O termo alfabetização para a autora é somente utilizado no Ensino Fundamental.

A criança por sua vez, precisa entender por meio de experiências, que a função social da escrita é comunicar algo. Quando a criança compreende que a escrita tem um objetivo ela começa a refletir sobre a importância da escrita em sua vida. Como afirma Mello: “Essa escola está mais preocupada em ensinar a ler e escrever, mas esquece-se de começar ensinando que a escrita serve para a comunicação com os outros, para expressar o que sentimos, pensamentos, aprendemos; serve para divulgar uma ideia, para lembrar.” (MELLO, 2009, p.28).

Para tornar esse processo de ensino e aprendizagem da linguagem escrita e da leitura, significativo para as crianças é muito importante, ensinar para as crianças a real função, para que assim as crianças tenham interesse em aprender a utilizar a escrita em sua vida. Para tornar esse processo mais significativo na Educação Infantil, é preciso que o professor proporcione vivências e experiências com a escrita, deixando as crianças manipular e explorar

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº2, maio/agosto 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

diversos materiais, para que a criança tenha desejo de produzir uma escrita de forma espontânea.

### 3.1 As práticas de alfabetização na Educação Infantil

A alfabetização e o letramento são um processo muito importante para a vida de um sujeito, por isso a escola exerce uma grande função ao alfabetizar e letrar as crianças. Esse processo pode começar na Educação Infantil, quando as crianças tem o primeiro contato direto com as letras do alfabeto, com o mundo da escrita e leitura de maneira institucionalizada. Alfabetização e letramento são conceitos diferentes, mas que precisam caminhar juntos. Pois, não basta uma pessoa ser alfabetizada sem ser letrada, assim como uma pessoa não pode ser letrada sem ser alfabetizada, pois assim o que o sujeito escreve e lê não fará sentido para ela.

Letramento é um conceito novo, como aponta Soares (2014), por volta dos anos 80, com a autora Mary Kato em seu livro *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, da editora Ática. A partir desse momento, cada vez mais autores vem discutindo o verdadeiro significado da palavra letramento. Uma pessoa é considerada alfabetizada quando ela consegue codificar e escrever os códigos de linguagem de seu país, e consegue ler e compreender o que está escrita. E quando ela consegue entender e compreender o uso dessa linguagem ela é considerada letrada. Utilizando a escrita e a leitura em seu cotidiano.

As práticas de alfabetização na Educação Infantil devem levar em consideração todos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento segundo a BNCC. As práticas devem ser diferenciadas do Ensino Fundamental, pois é nesse momento que as crianças precisam se interessar e conhecer o mundo da escrita. Para isso, é importante que o professor de voz e vez para as crianças, deixando-as serem protagonistas desses processos de ensino e aprendizagem, participando ativamente. Como afirma Mello, “Em breves palavras: é uma questão de permitir à criança exercitar seu papel de protagonista nesse seu processo de aprender e tornar-se cidadã. Isso implica dar-lhe voz, trata-la como alguém que, se não sabe, é capaz de aprender.” (MELLO, 2009, p.33-34).

As vivências e experiências com a leitura e escrita devem ocorrer de forma prazerosa para as crianças, utilizando de diferentes metodologias. Como a musicalização na Educação Infantil que é tão importante, pois permite que o professor explore que aquela música pode ser escrita, para que as crianças comecem a entender as funções da escrita. Pois, na Educação Infantil é o momento em que as crianças precisam encontrar sentido na escrita, assim como afirma Britto: “É à medida que a criança vivência a experiência dos objetos da cultura escrita, os modos de organizar a cultura escrita, os gêneros de escrita, que ela encontrará sentindo no escrito, de modo que, quando aprender o sistema de escrita, ela terá sentido para ela”. (BRITTO, 2005, p.17).

O professor deve utilizar de diferentes práticas como: a música, o teatro, a dança, o desenho, a história entre outros, para que as crianças possam se expressar de diferentes formas. Ao se expressar por meio dessas experiências a criança estará iniciando a aquisição da linguagem escrita e da leitura. Como explica a autora Mello (2009):

Assim, a criança, ao longo da idade pré-escolar, com a ajuda do desenho e do faz-de-conta, vai tornando mais elaborada o modo como utiliza as diferentes formas de representação. Dessa maneira, entende-se que a representação simbólica no faz-de-conta e no desenho é uma etapa anterior e uma forma de linguagem que leva à linguagem escrita: desenho e faz-de-conta compõe uma linha única de desenvolvimento que leva do gesto- a forma mais inicial da comunicação- às formas superiores da linguagem escrita. (MELLO, 2009, p.25)

Cabe ao professor proporcionar momentos significativos para as crianças na Educação Infantil, permitindo que as crianças brinquem de faz-de-conta, desenhem, pintem, representem o que elas quiserem em diferentes ambientes, com diferentes materiais, para que as linguagens criem significado em suas vidas.

De acordo com Stemmer (2013), a invenção da escrita foi um grande marco na trajetória da humanidade, assim como a alfabetização é um marco fundamental na trajetória do ser humano:

Se no princípio, a escrita surgiu como espelho da fala, pois, no caso do sistema alfabético, por exemplo, o princípio básico que o rege é o de que diferenças sonoras, ela, historicamente, passou a representar muito mais que isso, passou a significar através dos signos a fala, o pensamento; passou a ser um sistema simbólico de representação da realidade que está muito além da simples transcrição do oral para o escrito ou decodificação do escrito para o oral. (STEMMER, 2013, p. 128-129)

Nesse sentido, possibilitar práticas que contribuam para a criança compreender a função social da escrita, é um ato de democratizar a alfabetização, que no curso da história estava restrito a pequena parte da população. Quando a criança conta seu final de semana, ou algum fato da sua vida cotidiana, ou narra um filme que assistiu e a professora registra, escreve e depois lê, as crianças vão percebendo o significado do registro:

Quanto mais ricas e diversificadas forem as experiências vividas pela criança, maior será seu interesse em compreender e dominar o sistema da escrita. Se a criança é oriunda de um meio em que são lidos livros, lidas histórias, se leem e se discutem notícias de jornais impressos, são elaboradas listas de compras, se preenchem talões de cheque, ela acompanha os adultos nas compras do supermercado e observa rótulos e preços dos objetos [...] ela terá desde muito cedo uma percepção da funcionalidade da escrita. (STEMMER, 2013, p. 134)

Caso as crianças não tenham um ambiente familiar com tantos materiais escritos e não sejam tão estimuladas, na Educação Infantil, há essa responsabilidade, há a intencionalidade pedagógica. Portanto, as professoras que se questionam se devem alfabetizar ou não, precisam compreender esse conceito. A apropriação do conhecimento, passa pela mediação do outro. Desse modo, ter acesso às práticas pedagógicas que permitam o desenvolvimento da linguagem escrita, é também, direito das crianças.

A instituição de Educação Infantil irá oferecer inúmeras possibilidades de recursos gráficos, respeitando os eixos das brincadeiras e das interações. Conforme Medel (2013) as práticas pedagógicas precisam aliar o que se deseja ensinar às brincadeiras, e traz sugestões como trabalhar com os nomes das crianças relacionando às letras do alfabeto; mostrar objetos da sala e pedir que pensem com que letra do alfabeto começa o nome de cada objeto; construir um alfabetário com bolsos onde a criança vai depositando objetos que começam com a determinada letra, entre outros. A autora destaca também a importância do contato com os livros:

Conseguir que as crianças assumam atitudes leitoras que o mundo moderno exige é um dos principais objetivos da educação brasileira. Para isso, a presença de livros ao alcance das mãos das crianças e a leitura mediada por um adulto são requisitos indispensáveis. [...] Iniciar a linguagem escrita é muito mais do que aprender as letras e reconhecer as palavras; é aprender a construir os sentidos de um texto, a apreciá-los, criticá-los ou recriá-los [...]. (MEDEL, 2013, p. 196-197)

Os espaços da Educação Infantil precisam ser preparados intencionalmente, os livros precisam ser trocados esporadicamente, as crianças precisam ter contato com novidades, de acordo com Medel (2013), a estante das crianças pode ter livros editados, livros confeccionados pelas crianças, pelos familiares, entre outros. O espaço precisa ser acolhedor e desafiador.

São muitas as práticas pedagógicas que poderiam ser citadas, mas o que importa reiterar, é que as práticas sejam baseadas numa teoria que possibilite a apropriação do conhecimento por meio do protagonismo infantil e das intencionalidades pedagógicas do professor. Amparadas pelo cuidar e educar e pelas interações e pelas brincadeiras.

Por isso, a importância de analisar os documentos que falam sobre a Educação Infantil, para compreender como devem ocorrer as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento nesse segmento e, para que os professores tenham uma base teórica em relação a essas práticas, principalmente para aqueles que trabalham com as crianças com idade entre 4 e 5 anos.

## 4 CONCLUSÃO

Na trajetória educacional, social e política, a criança começou a ser vista como um sujeito de direitos e deveres. Com essa visibilidade das crianças, a Educação Infantil passou a ter um espaço maior e mais importante no cenário da educação brasileira, passando a ser garantida a todas as crianças com idade entre zero e cinco anos.

Com o advento dos direitos das crianças, foram criados diversos documentos que legalizam a Educação Infantil. Dentre eles RCNEI, DCNEI, BNCC, Território Catarinense entre outros. Os documentos supracitados, não trazem menções a alfabetização na Educação Infantil, tanto a BNCC quanto o Território Catarinense, orientam que a transição tem que ser propiciada com tranquilidade e que haja intercâmbio entre os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

A BNCC traz em seu texto os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e norteiam os conhecimentos que precisam ser trabalhados nesse segmento da

educação básica. A BNCC não orienta sobre a alfabetização na Educação Infantil, porém traz indicativos para desenvolver a leitura e a escrita (espontânea), respeitando os eixos do brincar e interagir. A BNCC, afirma que na Educação Infantil deve haver muitas experiências e vivências com a língua escrita, garantidos pelos professores, para que as crianças conheçam e explorem.

As crianças estão inseridas em um mundo letrado, com isso a escrita está presente em praticamente todos os espaços e a instituição de Educação Infantil faz parte desse contexto. Nesse sentido, há que se oferecer espaços alfabetizadores, pois conhecer a função social da escrita é essencial para o entendimento e a significação da escrita pela criança. Quanto às práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização na Educação Infantil, devem ser permeadas pelas brincadeiras e interações, em diversos ambientes da instituição e com diferentes recursos.

Sendo assim, conclui-se que as práticas de alfabetização podem e devem ser desenvolvidas na Educação Infantil e não ferem de modo algum, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, inclusive se mostram aliados. A Educação Infantil não prepara para o Ensino Fundamental, pois cada segmento tem suas especificidades e cada qual, suas contribuições para uma alfabetização de qualidade.

## 5 REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96

BRASIL, MEC, Base Nacional Comum Curricular- BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL, MEC, Referencial curricular nacional para a educação infantil- RCNEI, Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 3. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRITTO, Luiz Perciva Leme. Letramento e alfabetização. *In*: FARIA , Ana Lúcia Gouart; MELLO, Suely Amaral. **O mundo da Escrita no Universo da Pequena Infância: Polêmicas**

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 5, nº2, maio/agosto 2021.– Curso de Pedagogia– UNESC

do nosso tempo. Campinas-SP: Autores associados, 2005. cap. Implicações para educação infantil, p. 6-20.

EDWUARDES, Carolyn. GANDINI, Lella. FORMAN, George. **As cem linguagens das crianças: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: São Paulo, 2002.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 24 p.

KRAMER, Sonia. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005. 256 p.

KUHLMANN, Moysés Jr; FERNANDES, Fabiana Silva. Educação Infantil e Sociedade: questões contemporâneas. *In: EDUCAÇÃO Infantil e Sociedade: questões contemporâneas*. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. cap. Infância: construção social e histórica, p. 21-38.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de A. **Educação Infantil: da construção do ambiente às práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MELLO, Suely Amaral. Letramento e alfabetização na Educação Infantil, ou melhor, formação da atitude leitora e produtora de textos nas crianças pequenas . *In: EDUCAÇÃO Infantil e Sociedade: questões contemporâneas*. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. cap. Letramento e alfabetização na Educação Infantil, ou melhor, formação da atitude leitora e produtora de textos nas crianças pequenas, p. 75-87.

MELLO, Suely Amaral. O processo de aquisição da escrita na educação infantil. *In: FARIA , Ana Lúcia Gouart; MELLO, Suely Amaral. Linguagens Infantis: outras formas de leitura*. 2. ed. Campinas-SP: Autores associados, 2009. cap. O processo de aquisição da escrita na educação infantil, p. 21-36.

SANTA CATARINA, CEE, Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense, Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2019.

Disponível: <http://uaw.com.br/pagflip/pdf.php?pag=portifolio&cod=35>. Acesso em: 10 jul. 2020.

STEMMER, Márcia Regina Goulart da S. **A Educação Infantil**. *In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia. Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil?* Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.